

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

Ao
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS

Ilmo. Sr. Pregoeiro

Pregão Eletrônico n.º 034/2019

Item 19 do Anexo I – Termo de Referência

Ref: Recurso contra a aceitação do Recorrido R2T TECNOLOGIA LTDA – Equívoco na análise do que foi ofertado

C. M. K. AUTOMAÇÃO COMERCIAL EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ: 22.416.068/0001-99, com endereço na Rua Américo Brasiliense, n.º 1.827 – 1º andar, Chácara Santo Antônio, São Paulo / SP, CEP 04715-005, por sua representante, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com base no artigo 3º e seguintes da Lei 8666/93 e artigos da Lei 10.520/02, apresentar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra decisão do ato do Sr. Pregoeiro que, com base em parecer técnico equivocado, entendeu que o equipamento ofertado pelo recorrido atendia ao exigido no item 19 do Anexo I do Edital.

Com efeito, no item 19 do Anexo I do Edital foi exigido equipamento com o seguinte descritivo técnico:

Leitor de código de barras: especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; tipo pistola manual com feixe de luz bidirecional, fonte de luz laser 650nm; indicador sonoro de leitura; velocidade de leitura de 100 linhas por segundo, capacidade de ler etiquetas de códigos de barras com 16cm ou mais de largura; capacidade de decodificação dos códigos: upc/ean, upc/ean com complementos, ucc/ean 128, código 39, código 39 full ascii, código 39 trioptic, código 128, código 128 full ascii, codabar, intercalado 2 de 5, discreto 2 de 5, código 93, msi, código 11 possuir interface minimamente usb, garantia mínima de 12 meses.

Ocorre que a recorrida ofertou produto em desacordo, pois o modelo TL-120 da Tanca possui tecnologia Linear Image CCD (<https://www.tanca.com.br/automacao-comercial-produto.php?cod=158>), enquanto no edital é exigido Laser, isto impossibilita leitura de etiquetas de código de barras com 16cm ou mais de largura.

Logo, a inabilitação da Recorrida deve ser considerada tendo em vista as razões aqui expostas, uma vez que foi oferecido um equipamento que não atende ao Edital e isto vai contra ao disposto no artigo 3º da Lei de Licitações, que determina dever ser observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a saber:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada

em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Caso ainda exista dúvidas da equipe técnica, a lei trás ferramentas para dissolver tais dúvidas.

O parágrafo 3º do artigo 43, da Lei 8.666/93, permite à Comissão de Licitação realizar diligências (verificações) com o fim de esclarecer dúvidas. Observe-se.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Pelo todo exposto, salta aos olhos que o D. Pregoeiro, com todo o respeito que fez por merecer, errou ao declarar vencedora do certame empresa que ofertou equipamento em desacordo com o Edital, ofendendo, com isso, o Princípio Constitucional, entre eles o da vinculação ao instrumento convocatório.

DO PEDIDO

Postas estas premissas e expostas às razões de fato e de direito, e inconformada com a decisão proferida, postula a Recorrente nesta oportunidade:

- a) Se digne Vossas Senhorias receberem o tempestivo Recurso Administrativo, com seu regular efeito, determinando-se o seu imediato processamento;
- b) Seja anulado o ato de classificação da empresa R2T TECNOLOGIA LTDA, pelas razões já expostas; ou, caso não esteja convencida,
- c) Seja determinada a perícia e apuração técnica, com a presença da Recorrente, para se aferir ao todo expendido, bem como seja submetido a apreciação de autoridade superior.

Termos em que,
Pede Deferimento,
São Paulo, 27 de setembro de 2019.

C. M. K. AUTOMAÇÃO COMERCIAL EIRELI – EPP
Cristiane Martins Moia

Fechar